

## **LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

---

**ROMILDO BUENO DE SOUZA\***

*Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça*

O Sr.: Meus senhores, Bom dia.

Hoje o tema de nossa palestra é Liquidação Extrajudicial, matéria do Banco Central ou do Poder Judiciário. O nosso convidado de hoje é o Ministro Romildo Bueno de Souza, Integrante do Superior Tribunal de Justiça. Nós queremos enfatizar a gentileza com que tem nos recebido no Gabinete de S. Exa. que gentilmente aceitou vir aqui proferir esta palestra. Queremos registrar também a presença de representantes do Departamento Jurídico do Banco Central, que na impossibilidade do comparecimento do Chefe Luiz Silveira Noquer e do Senhor Consultor Manoel de L. Loiola, encaminharam seus representantes. Antes de dar Início à palestra ao Sr. Antonio Rui, Chefe de Gabinete de Diretoria e Fiscalização, que representando o Diretor proferirá umas palavras.

O DR. ANTÔNIO RUI: Muito bom dia a todos, mais uma vez nós estamos aqui hoje com uma missão que nos é bastante grata e bastante honrosa, que qual seja, representado a Diretoria do Banco Central e em especial a Diretoria de Fiscalização, mais uma vez, ter a honra de apresentar resumidamente o nosso palestrante de hoje. Por sinal, palestrante hoje que dispensaria qualquer apresentação da nossa parte Dr. Romildo Bueno de Souza, Ministro do STJ, ex-magistrado do Distrito Federal, Professor da UnB e mérito processualista que hoje vai nos dar a honra de trazer aqui os seus conhecimentos e a sua experiência num coroamento desse ciclo de palestras do nosso CAREP. Dr. Romildo é com muita honra e muita satisfação que eu trago aqui em nome da Diretoria do Banco Central a partir do Senhor Presidente, Dr. Gross, e demais Diretores especialmente o Diretor da Área de Administração a qual

está vinculado o Centro de Treinamento e do Diretor de Fiscalização, Dr. Nelson Carvalho, ao qual está vinculada a área de liquidações extrajudiciais de regimes especiais, a nossa saudação do Banco Central, esta oportunidade ímpar de ter este contato com V.Exa. Em nome, pois, do Banco Central nosso muito obrigado desde já pela honra de tê-lo aqui eu gostaria de deixar mais uma vez aqui o conselho de que explorem bastante o nosso palestrante que também é mais uma oportunidade ímpar que esse curso está propiciando aos senhores.

O SR. MINISTRO ROMILDO BUENO DE SOUZA: Ilustre Dr. Antônio Rui que teve a fidalguia de me acolher neste Encontro de estudo e de debate de temas de tão relevante interesse, não somente para a área de atribuições do Banco Central, como também para este momento tão significativo da história das instituições brasileiras. Na sua pessoa agradeço a distinção do convite que me foi dirigido por ofício, Dr. Cincinato Rodrigues Campos, Diretor de Administração, naturalmente refletindo o interesse de fiscalização do Banco Central. E também a generosa simpatia com que conto na área jurídica do Banco Central, onde atuam alguns de meus mais distintos ex-alunos dos cursos acadêmicos que ao longo de 26 anos venho desenvolvendo na universidade de Brasília e durante certo período também no Centro de Ensino Unificado de Brasília.

Prezado Dr. Marcos Lisan que dirige, coordena os nossos trabalhos nesta manhã, neste ambiente tão propício ao estudo. Ao Centro de Treinamento do Banco Central pela intensidade de seus esforços é um exemplo de como a administração pública precisa constantemente rever e atualizar seus métodos, aprofundar a compreensão e a crítica dos resultados Obtidos e redirecionar a sua atuação futura. Eu desejo desde logo dizer que não tenho pretensão nenhuma de vir aqui ensinar. Ensinar a pessoas que nesse tema da fiscalização das atividades das entidades financeiras, públicas e privadas, federais e estaduais, mantêm um convívio diuturno com a legislação e com aquilo que nós podemos chamar

de jurisprudência administrativa. Na verdade eu muito valorizo este convívio dos juízes com os diversos setores da vida pública. Tomo, no particular, uma posição algo discrepante do modelo que predomina entre nós. O modelo que predomina entre nós ainda é aquele segundo o qual os juízes ficam extremamente distanciados dos demais setores em que a vida pública se desenrola. Ainda há pouco, mais de uma semana tive a honra de proferir palestra de abertura de uma interessante seminário instaurado em São Paulo pelo instituto dos Advogados à propósito da revisão constitucional prevista pela disposições transitórias da Constituição para o ano de 1993 com dois anos de antecedência iniciou-se ali o debate de tema tão relevante como é o da visão constitucional. Tive ali ensejo de acentuar isto mesmo que já é tempo dos juízes manifestarem opiniões, claro, não sobre as causas, porque quanto a elas os juízes não falam, os juízes escrevem nos autos.

Mas a respeito dos grandes problemas que a nacionalidade enfrenta, que o Brasil encara numa época de reorganização das suas instituições os juízes precisam exercer a cidadania e devem fazê-lo num caminho de dupla mão, isto é, não se fechando, não fugindo às ocasiões de expressar seus opiniões e não deixando de levar na devida conta aquilo que constitui um patrimônio de saber e de experiência de outros setores da vida pública e da sociedade. Este diálogo de juízes com as diferentes esferas da sociedade é extremamente encarecido e praticado hoje nos países da Europa. Os juízes têm muito a dizer de sua experiência e têm muito a ouvir das experiências dos diversos setores da vida pública. E neste sentido eu compareço com muito interesse a este encontro, encarando-o como um seminário. Ou seja, na perspectiva de que atendo a este honroso convite no propósito de problematizar. Porquanto, os Srs. e Sras. têm estado aqui ao longo do mês de setembro discutindo, ouvindo opiniões e debatendo aspectos certamente também controvertidos, em torno da legislação sobre intervenção e liquidação extrajudicial. Em torno de um diploma legislativo que é do seu conhecimento, assim como ocorre

também com a Lei que regula o processo de liquidação. Não faria portanto nenhum sentido que nós viessemos aqui procurar esquadrihar algum recanto, que porventura tivesse ficado escondido ou esquecido nessa legislação com a qual os Srs. e as Sras estão familiarizados. O seminário é uma instituição inspirada na experiência da vida cristã, as pequenas comunidades cristãs ancestrais eram portadoras do conhecimento sobre certos fatos e elas tinham a convicção plena da importância daqueles fatos. Então essas comunidades ao mesmo tempo em que reconceituavam a sua vida, reconheciam e sentiam a importância de transmitir aquele novo modo de compreender a vida à luz daqueles fatos de modo proporcionar a outras pessoas também a oportunidade de reconceituar a sua própria existência. Noutras palavras o seminário inspirou aquilo mesmo que está na parábola do Evangelho. O semeador saiu a semear e uma parte da semente caiu à margem do caminho sobre terra pedregosa e o sol matou a semente. Outra parte caiu em terreno impróprio para o cultivo e também não germinou. E uma parte da semente caiu em terreno rico em minérios, de recursos vitais e a semente frutificou.

O que é frutificar a semente num seminário? Uma instituição que logo as comunidades cristãs na alta Idade Média plasmaram e praticaram. O Seminário procura portanto problematizar. O seminário apresenta uma realidade que confronta um tipo de vida, um tipo da compreensão das coisas, daí resulta um desafio e neste sentido que eu penso que é adequado que alguém que vem de fora de uma outra área compareça para derramar algumas sementes e poder avaliar o resultado que às vezes leva muito tempo em termos de reflexão, de prática, de debates, de experiências para o enriquecimento da atividade de cada um dos setores aqui representados, de Juízes, de Tribunais e também da Administração Financeira Nacional. É claro que em todos estes temas notamente um tema tão complexo e tão sensível como este da atividade do Banco Central, conselho Monetário Nacional do Banco Central, há espaço e lugar para muitas tendências, para opiniões discrepantes, além

de que o discurso, especialmente o discurso dos juristas é sempre uma proposta. A proposta do autor que vai ao Juiz, a proposta do réu que responde, ao do Ministério Público que dá pareceres e a proposta do Juiz de Primeiro Grau e a dos Tribunais que decidem em grau de recursos, mas essas propostas incidem sobre a vida como alternativas, não necessariamente. Aliás, muito raramente como palavras finais. No dia de hoje, comemora-se em São Paulo, meus prezados ouvintes me tolerem, eu estou mesmo para falar assim de uma forma muito coloquial o que eu penso que é mais proveitosa para todos nós. Comemora-se hoje em São Paulo, 40 anos, da criação do Tribunal de Alçada. Embora não me sinta assim tão velho, devo entretanto confessar que fui testemunha disto. Espero que ninguém se escandalize, sendo então estudante de Direito e auxiliar de um grande escritório de advocacia, e passando em frente àquele prédio modesto da Rua 7 de Abril onde se instalou o Tribunal de Alçada de São Paulo o primeiro Tribunal de Alçada do Brasil, passando por ali diariamente á caminho de casa ao escritório, eu não podia furta-me, vez por outra, de logo após o almoço de volta para o escritório, assistir a algumas sessões do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 1951, ninguém aqui era nascido, no entanto estavam até pessoas que muitos dos senhores têm grande estima. Por todos eu vou mencionar esta figura simpática e querida que é o Professor Washington de Barros Monteiro, que era o Presidente do Tribunal, grande magistrado e grande Mestre de Direito.

E numa destas passagens pelo Tribunal de Alçada tive ocasião de presenciar o julgamento de uma apelação em o Tribunal de Alçada mantendo a sentença do Juiz de Rancharia, mudou a jurisprudência brasileira, sobre o tema então discutido. O tema discutido era o da responsabilidade por honorários advocatícios. E eu me lembro muito bem de que era um lição indiscutível na doutrina, nas aulas, na academia. O autor não deveria sequer pedir a condenação do réu a honorários, porque o Juiz, segundo o Art. 65 do Código de 39 ao proferir a sentença

verificaria se o réu havia ou não procedido com culpa ou dolo. Reconhecendo com culpa ou dolo condenaria o réu a honorários. Enquanto que se o autor pedisse a verba honorária e depois não se evidenciasse a culpa ou dolo do réu, resultava o autor ainda que parcialmente sucumbente. Então a regra era essa, nem se pedem honorários, mas porque isto cabia ao Juiz decidir segundo culpa ou dolo. O Juiz de Rancharia atendeu ao pedido do autor numa ação de execução cambial e condenou o réu a honorários e disse que isto era perfeitamente cabível porque o devedor de uma nota promissória que não pagava, no vencimento, devia presumir-se um inadimplente culposo. E assim, o Tribunal de Alçada também decidiu mantendo aquela sentença. E a partir de então se estabeleceu na jurisprudência o princípio, que o Código depois acolheu quem vende, quem venda, de que aquele que tem razão e com isso é vitorioso deve ter o seu direito integralmente reconhecido e não apenas parcialmente reconhecido. Então se gastou recursos financeiros para propor demanda deve obter aquilo que tem direito e também a indenização das despesas necessárias em virtude da demanda. Portanto, este é um exemplo entre os outros que colhi naquele Tribunal de Alçada, que agora completa 40 anos, de renovação da jurisprudência brasileira, aliás os Tribunais de Alçada se salientaram por esta disposição de rever proposições, "dubitaciones", como dizia Cordeiro, grande jurista português do século XVII. E hoje chamamos as dubitaciones, pareceres. Porque, quem de nós, qual é o jurista, qual é o Tribunal que chegou a última expressão da verdade. Então, o meu propósito aqui, nesta ocasião muito agradável também para todos em que o seminário também se encerra, de problematizá-los, de lhes entregar temas para sua reflexão, aspectos problemáticos, portanto, deste interessante tema: Liquidação Extrajudicial, matéria interessante tema, liquidação extrajudicial, matéria do Banco Central ou do Poder Judiciário. Veja-se que o" tema é uma interrogação. E nós não vamos aqui fornecer para ele uma resposta final, esta resposta não existe, ninguém poderá dá-la. Vamos aqui encaminhar esta dúvida, esta questão, por algumas pistas, nas quais eu espero que os

Srs. vão prosseguir nas suas reflexões, nas suas leituras e também, ao mesmo tempo, suscitando suas próprias inquietudes. Esse discurso dos juristas é assim mesmo, nós juristas temos muita consciência disto, às vezes outros setores da vida pública é que não são muito afeitos a este modo dialético que a realidade social inevitavelmente assume. É este propósito, e eu vou pedir licença para ler às senhoras e senhores um tópico muito breve e me parece muito adequado para que nós nos situemos assim muito à vontade neste rumo de trabalho e nós reconhecemos a necessidade de problematizar temas relevantes das instituições e da vida pública. Eu me refiro a um breve tópico, de uma obra, muito interessante, certamente muitos dos Srs. e Sras. já conhecem é aquela monografia de Bertrand Lejuvel, ilustre professor francês, foi economista, foi Bacharel em Direito, primeiramente Bacharel em Direito, filho de um grande diplomata francês e professor em muitas Universidades da Europa, dos Estados Unidos, o livro de Bertrand Lejuvel a que me refiro, se intitula "As Origens do Estado Moderno". É uma excelente tradução, encontrado nas nossas livrarias uma edição de 78 se não me engano. Neste riquíssimo livro de Bertran Lejuvel, este eminente autor se refere a um momento da história da Alemanha, no começo dos anos 30, que guarda muitos pontos de contato com a realidade que nós vivemos hoje no Brasil. Vamos a esse texto. Diz ele assim: " Como seria diferente a história se outra fosse a maneira de ver as coisas". Bertrad Lejuvel está falando nisto, sobre os diferentes modos, pelos quais as pessoas encaram a realidade exterior. Como seria diferente a história se outra não fosse a maneira de vê as coisas. É nisso que confirma a impressão de que a evolução da maneira de ver as coisas merece examinada. Procurarei ilustrar essa ocorrência, recorrendo a um episódio histórico que trouxe conseqüências catastróficas. O episódio é este: " Em março de 1930 o Dr. Bruding, nome alemão, homem que gozava de estima universal, assumiu as funções de Chanceler do Relch. Grangeou reputação internacional ao prosseguir com coragem e determinação pelo caminho que lhe apontava a opinião dos países

estrangeiros, que era o da cura do grande mal alemão, o desequilíbrio orçamentário, no intuito de restabelecer esse equilíbrio, de acordo com as reiteradas recomendações das demais Nações, prosseguindo nesse caminho, portanto, não exitou em baixar sucessivamente, três decretos de emergência, em julho de 30, em dezembro de 30 e julho de 31. Cada um dos quais reduzia as despesas públicas ou aumentava os impostos, ou fazia ambas as coisas ao mesmo tempo. Tratava-se de um procedimento bastante elogiável, segundo o consenso geral. Ao assumir o poder encontrará ele três milhões de desempregados. Quando deixou o Governo depois de mais de dois anos de esforços em prol do bem público, haviam seis milhões de desempregados, haviam o dobro. Além disso, ele encontrara doze deputados no Reich nazistas no Reichstag e depois, de seus primeiros atos de força, esse número subiu para 107 deputados nazistas. E imediatamente após sua saída do governo já eram 230. Não tem isso muito que ver com o Brasil de hoje? Então, há tantas coisas, tantos aspectos, não se justificaria que eu aqui fosse rememorar para os senhores e senhoras, aquilo que todos conhecem tão bem, as fontes doutrinárias, muito ricas do nosso Direito, Carvalho de Mendonça, Waldemar Ferreira, que foi meu professor por três anos na Faculdade de Direito de São Paulo, figura inesquecível de homem público e de professor Waldemar Ferreira, tanto no V volume das suas instituições como no XV Tratado, discorre sobre esse tema das liquidações extrajudiciais de entidades financeiras com grande competência, ele o fez antes que, até pouco depois de terem surgido as Leis, a obra dele foi publicada, foi concluída em 66. Mas a obra de Waldemar Ferreira foi suplantada com também a de Carvalho Mendonça pela eclosão de uma legislação intensíssima. Nós temos os textos de Rubens Requião e depois disso na verdade, não temos muitos estudos monográficos. Eu me deparei, com muito proveito, com um estudo muito interessante de um nosso colega, João Ricardo Coelho, publicado numa revista especializada sobre os institutos da intervenção e da Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras, a atuação do Banco Central e as quebras ocorridas entre 74 e



84. A Jurisprudência dos Tribunais também é relativamente escassa, porque sendo as liquidações já por tanto tempo extrajudiciais, claro que só em assuntos muito específicos, em mandados de segurança, vez por outra, o Judiciário é provocado. Fiquei surpreso quando o último fim-de-semana, percorri, penso que minuciosamente as nossa coleções de jurisprudência e de doutrina mais recente de Direito, a Revista dos Tribunais, a Revista Forense, a Revista de Direito Público, as de Direito Administrativo, as Revistas de Direito Financeiro, e a bem dizer nada encontrei ali. No volume 205, da Revista Forense, existem dezenas de estudos sobre novos aspectos, do Direito Constitucional Brasileiro. A Constituição de outubro de 88 está ali, a bem dizer quase completamente comentada, mas não há um artigo sobre como fica a liquidação extrajudicial em face da nossa Constituição. Não sei se a minha busca foi incompleta, entre os comentadores somente Celso Ribeiro Bastos se deteve mais minuciosamente em torno do Art. 192 da Constituição. Será esta também a experiência dos senhores o resultado da sua busca. Não há nada, ninguém se deteve nisto. Quase todos os outros aspectos da Constituição brasileira foram alvo da atenção de juristas conhecidos e competentes, alguns que se apresentam agora como novos trabalhadores desta seara mas e a liquidação extrajudicial, como fica. Então para abordar este assunto, deixando de parte as considerações de ordem histórica com as quais os senhores são tão familiares as razões determinantes daquela eclosão legislativa com caráter de provisoriedade, de 1863/64, deixando de parte considerações a respeito dos anos 30, do Estado Novo, daquilo que aconteceu a partir de 45 que Waldemar Ferreira atribui à política inflacionária do Estado Novo e que determinou a nova legislação sobre liquidação extrajudicial nos anos 46/47, em que a SUMOC, assumiu a projeção que teve e a SUMOC e a pré-história do Banco Central. E mesmo deixando momentaneamente de lado para dentro de pouco voltarmos a ela, a Lei do Sistema Financeiro, a Lei de Intervenção e Liquidação, em penso que é tempo de nós refletirmos um pouco sobre o que significa neste tema o advento de uma nova

Constituição. Para introduzir este tema, eu desejo resumir opiniões que são do domínio comum, mas nem sempre são tão divulgados como merecem ser. Há Constituições que procuram estabelecer, fixar um determinado modelo de vida pública, um determinado modelo de organização Social. E alguns constitucionalistas, parece, têm pago tributo ao entendimento de que todas as Constituições são assim. Eu não penso deste modo. Eu penso como aqueles, que, ao lado desta Constituições que tratam de fixar, modelos, já existentes, há Constituições que procuram inculcar um novo modelo. O exemplo clássico deste confronto pode ser ilustrado numa comparação da Constituição dos Estados Unidos com a última das Constituições Francesas do período revolucionário para simplificar as coisas, em 1793. A Constituição dos Estados Unidos tinha por finalidade, por intuito, evidente e transparente, fixar um determinado modelo, o modelo, por exemplo, de valor perene do homem, está aqui uma antropologia filosófica, quem não vê que os homens são diferentes. Mas a Constituição diz que todos são iguais, porque ela exprime a sua profunda convicção de que a esta igualdade tem que ver como o núcleo essencial da pessoa e o reconhecimento desta igualdade é uma conquista de importância ao mesmo tempo fundamentalmente e transcendental que não admite vacilação.

Aqueles homens, homens simples, fazendeiros, fundadores de uma nova Nação, aqueles decendentes dos peregrinos de Mayflower, traziam a experiência da Sociedade Britânica, de uma ilha, onde a liberdade tinha sido conquistada mediante lutas que se prolongaram por séculos. Foi principalmente a luta dos Parlamentos, porta-vozes da burguesia, contra a prepotência do monarca, e ali a liberdade foi se consolidando, a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, do pensamento, mas num contexto social e econômico muito limitado, muito restrito, a convicção de que aquelas lutas desenvolvidas ao longo dos séculos, tinham proporcionado conquistas de valor perere ao lado das limitações ao ambiente da Ilha Britânica, tudo isto levou aqueles

migrantes a buscar fundar uma sociedade, que devia responder a um modelo que eles conheciam muito bem, sabiam muito bem o que queriam e até mesmo deixavam de perceber certos aspectos da realidade, porque eles eram movidos por uma ideologia, mas uma ideologia que estava incorporada na sua prática, todos são Iguais, Deus fez os homens iguais. Sim, mas como é que ficam os escravos? E este assunto ficou para o século seguinte. Tal era a convicção de que a igualdade de que se falava era uma igualdade correspondente a uma prática, tratava-se de consolidar um modelo que era praticável. A Constituição francesa não era assim, ela refletia o confronto atual de novas tendências sociais e políticas, de novos setores da sociedade, com uma monarquia despótica, presente e atuante o embate era atualíssimo, era do momento. Tratava-se então na Constituição de produzir um modelo, um modelo, portanto, literário, que deveria encontrar resposta na prática futura. E precisamente esta é uma das razões que um dos motivos pelos quais a Constituição francesa teve muito mais repercussão do que a norte-americana. Porque a norte-americana encarava uma situação muito especial, uma situação única, de uma sociedade que já sabia o que queria, que era aquilo que ela já praticava, isto era um caso único, o caso geral era o caso francês, de uma Revolução que estava em curso e não de uma Revolução que já tinha sido feita e que Já se havia Consolidado e que apenas queria mais espaço geográfico para sua expansão. O modelo francês é o modelo brasileiro, da Constituição de 1888 é o modelo brasileiro da Constituição de 1891, embora mais pálido, porque em 1891 cria a Federação, cria o equilíbrio de poderes, cria harmonia, independência de poderes, era pouco ambiciosa. A de 1934 já era mais exigente, reflete Weimar, é a Constituição-programa, aquela que estabelece uma diretriz nova para a vida social. A de 1888 acentua esta orientação, ela não fala de um Brasil que é, ela não fala de um Brasil que ela supõe que é o que todos queremos, ou pelo menos a maioria da Nação quer, é uma Constituição a se fazer. Tomemos nota então desses diferentes modelos de Constituição. Eu penso que não seria necessário me deter na demonstração de que a Constituição brasileira de

88 é uma Constituição que propõe um modelo a ser construído e não trabalha por um modelo já existente. Agora, outro aspecto da questão é que essencialmente as Constituições que propõem modelos exigem leitura e Interpretação e aplicação eminentemente construtiva do contrário o seu projeto se transforma em letra morta e de novo se evidencia aquilo que Baleeiro chamou de conflito entre a Constituição escrita e a Constituição viva. Vamos a um exemplo. O que é que a Constituição dos Estados Unidos atribui ao Poder Judiciário, momeadamente a Suprema Corte. A bem dizer nada, não era necessário, o modelo era conhecido. Havendo conflito, buscar-se-ia o Judiciário. Bem, então, mesmo uma Constituição que fixa um modelo, reclama interpretação construtiva, todo sabemos a importância da construção na prática constitucional norte-Americana. O exemplo clássico é o caso em que Marschal propôs a Suprema Corte, que ela assumisse o arbitramento do conflito de poderes, isto não estava na Constituição, isto é a leitura da Constituição. O Poder Judiciário então assumiu como realidade histórica o poder de paralisar os outros poderes, quando isso fosse necessário para garantir aquele modelo, aquele modelo não era, portanto, um modelo fechado, ele exprimia um desenho da organização social, mas não 'era' fechado a novos aspectos da realidade e o Poder Judiciário foi conclamado a ser o grande intérprete da atualização do texto constitucional, que não podia ficar petrificado no passado. Um outro exemplo de extraordinário valor o da política do New Deal quando Roosevelt tornou patente que a Suprema Corte devia ter um papel no governo, um papel mais atuante no Governo e isto deu lugar àquela tendência que no Brasil não goza de muita estima do ativismo Judiciário. Mas o que é o ativismo Judiciário? Antes de tudo convém ter em vista que jurisdição também governa. No Brasil existe um vício muito impróprio de entender que o governo é o Poder Executivo, é a Presidência da República com os seus ministros, com as Autarquias, Governador de Estado com seus secretários, com as suas Autarquias e os Municípios, seus Prefeitos, Câmara de Vereadores, porque a Câmara dos Vereadores não é um Poder Legislativo é um Poder Administrativo, isto é que é

governo no Brasil e aqui já lanço a minha proposição, este é um gravíssimo erro de perspectiva, penso que já é tempo de no Brasil nos compenetrarmos de que o Poder Legislativo também é Governo e de que o Poder Judiciário também é Governo e a ação social do Governo exige o Judiciário. A Ação Social do Estado diria melhor, exige atividades de Legislativo, por exemplo: elaborando um código ou uma lei fundamental de benefícios previdenciários e exige a atividade do Poder Executivo, proporcionando recursos e meios, exercendo fiscalização e arrecadação, criando os estabelecimentos de serviços e exige atividade Judiciária. Sem concurso dos três poderes não se realizam nem as funções jurídicas do Estado, nem as funções sociais do Estado e desde Aristóteles que se sabe, desde os povos de Israel, os hebreus já se sabe, que os juízes também governam, que os legisladores também governam, e nos Estados Unidos o exemplo veio com o New Deal, o ativismo o Judiciário porque Roosevelt precisava sensibilizar a Suprema Corte para uma grande mudança de rumo, porque as condições dos Estados Unidos eram completamente diversas naquele período. No Brasil, especialmente da parte do Judiciário, há muita suspeição em torno de ativismo judiciário, há muita Insistência de que os Juízes devem poupar-se, devem reservar-se, devem alear-se. Mas eu lanço a seguinte questão. Quando o Supremo Tribunal Federal deixa de afirmar a Inconstitucionalidade de medidas provisórias editadas pelo Presidente da República, declaradamente para não cercear um plano de governo e para não assumir a responsabilidade pelo fracasso de uma política. E isto não é ativismo? Enfim, o ativismo não é a sensibilidade do Judiciário para as necessidades de governo de que ele também participa? E isto tanto pode ser no sentido de combater os preconceitos de raça, os preconceitos contra as minorias, como pode ser no sentido de restabelecer os preconceitos. Seja quando a Suprema Corte dos Estados Unidos auxilia Roosevelt, seja quando contém Reagan ou Nixon, o exemplo é puro ativismo, o ativismo surge por isso, porque houve um momento que ainda perdura no Brasil, em que se pensou que o Judiciário não é Governo, o Legislativo não é Governo, que Governo é o Poder Executivo, então nesse

caso é um só um poder, o Poder Executivo. Então eis aí, que uma Constituição, mesmo aquela que como a norte-americana, tem consciência do que quer e quer aquilo que já é, mesmo essa Constituição tem de ser aberta para o futuro porque a vida se transforma, novas oportunidades se apresentam, novas compreensões surgem como, por exemplo, a escravidão que não incomodava os constituintes da Filadélfia, mas um século depois incomodou muito Abhaam Lincoln. No Brasil, em que temos uma Constituição que propõe um modelo que ainda não existe, mas necessário aí nela é que os poderes da soberania nacional ou da União como diz a Constituição atual, respectivamente Executivo, Legislativo e Judiciário colaborem com as outras esferas da sociedade para que a Constituição se torne uma realidade viva, do contrário ela continuará sendo um soneto que recita um modelo, em quem e no qual ninguém acredita. Nesse contexto então, esse prisma dois são os modelos de Constituição, Constituição que quer manter determinado tipo de organização Social e Constituição que quer criar um novo tipo de sociedade e acentuando que mesmo as do primeiro modelo exigem a construção constitucional e tendo em vista que as funções são distribuídas pelos diferentes poderes que devem operar independentemente mas harmoniosamente à luz destes parâmetros vamos refletir sobre como deveria ser o convívio do sistema de hoje, do sistema que trazemos diante da Constituição sobre as finanças nacionais e aquilo que a Constituição propõe. Começemos assim, por exemplo: Então a este propósito, façamos um ligeira visita ao texto constitucional e vejamos como são primeiramente os poderes da União, arts. 21 e 22. Vejam como a União Federal concentra poderes. O modelo brasileiro ainda é um modelo extremamente concentrador. É preciso, portanto, conferir essa concentração de poderes que reside nos artigos 21 e 22 na União Federal com o contexto da Constituição. Aqui vou lhes propor também um problema. Tudo que a Constituição diz tem o mesmo valor? Pachos fala em normas constitucionais inconstitucionais. O que está na Constituição não tem valor. Há normas na Constituição que exprimem princípios

fundamentais e há normas na Constituição que se tornam constitucionais porque estão na Constituição. Há aquelas que estão na Constituição, não podem deixar de estar, estas são de superior hierarquia e há aquelas que estão e poderiam não estar. Então temos aqui já um problema sério. Esta concentração de poderes da União é realmente incompatível com outras proposições, são o próprio texto constitucional. Vejam os senhores, declarar guerra e celebrar paz, assegurar defesa nacional, decretar estado de sítio, autorizar e fiscalizar a produção e comércio de material bélico, emitir moedas, administrar reservas cambiais, elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, esqueceu-se de falar da distribuição da população pelo território, assunto da maior importância para países da Europa, agora então no presente momento, quando a França, quando a Alemanha, a Itália, a Espanha desenvolvem políticas que alguns até qualificam de nazistas em relação a resistência à imigração. Explorar direta e indiretamente, mediante concessão empresa sobre controle acionário estatal assim por diante. E no artigo 22 compete privativamente a União legislar sobre Direito Civil, Penal, Processual, Comercial, Eleitoral, Desapropriações, Requisições, água, energia, serviço postal, sistema monetário de medidas, aqui a área que nos diz respeito no dia de hoje. Pois bem, se tantos são os poderes da União, agora vejamos os poderes do Presidente da República. Vejamos como o Presidente contra poderes. Art. 84, compete privativamente ao Presidente da República, sequem-se 27 incisos. Comparem isto com as atribuições do Judiciário, e do Legislativo e os Srs. verão como no Brasil ainda se pratica aquilo que Ana Arent e para de novo citar Bertrand Lejuvunel chamam a República Imperial e vejam o que Ana Arent e Bertrand Lejuvenel falam da República Imperial se referem aos Estados Unidos, cujo Presidente a bem dizer declara Guerra, como acabamos de ver agora nos episódios da América Central e do Oriente Próximo. Vivemos então neste fim de século XX uma experiência extremamente relevante que é a exacerbação do Poder Executivo. E constitucionalistas brasileiros insistindo em entender



que Governo é Poder Executivo. Então peço licença aos meus ouvintes para lhes propor esta questão. Governo não é Poder Executivo, Poder Executivo não é Governo, não há aqui equação, o Poder Executivo é parte do Governo, Governo é exercido pelo Poder Executivo, pelo Legislativo, pelo Poder Judiciário. Isto é uma conquista de extraordinário valor em termo de filosofia política, teoria constitucional e de Direito Público é a Constituição escrita, apesar desses desequilíbrios de textos que procuram a harmonia do contexto, mas é antes de tudo o conflito entre o texto e a realidade, o desenho que queremos é de uma sociedade equilibrada. Até quando nós continuaremos no Brasil na condição dos dias de hoje em que o cidadão precisa ligar a televisão às 8 da manhã para saber como é que ele vai para o trabalho, o que que faz com o dinheirinho que tem no Banco, se precisa sacar correndo e comprar alguma coisa ouse deixa no Banco, qual é que é o valor dos juros.

Até quando o seguimento do Poder Público vai precisar controlar os mínimos passos das pessoas, não é este o modelo que está na Constituição, se nós encararmos os grandes princípios que ela adota, nós veremos que não é este não. A República federativa do Brasil, art. 1º formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal, são entidades políticas, constituem-se em um estado democrático de direito e tem como fundamento soberania, cidadania. A soberania, diz o texto: "É o povo, todo o poder emana do povo, que é exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente, nós temos a Constituição por plebiscito, pelo referendo e a relação que há entre aquele que exercem funções públicas e une cidadãos é uma relação tal que, aquele que exerce função pública, recebe legitimação do cidadão.

(FITA 2)

O SR. MINISTRO ROMILDO BUENO DE SOUZA: ...relação tal em que, aquele que exerce função pública, recebe legitimação do cidadão, é o grande princípio de John Lock no Segundo Tratado do Governo Civil,



ele tomou também um fundamento de fé, tendo em vista que Deus fez os homens iguais, então, com que fundamento alguém pode mandar um outrem, só pode ser pela livre aquiescência dos cidadãos e com isto John Lock sepulta aquela relação entre soberano e súdito. Soberano, o príncipe, súdito, o povo em geral. Isto John Lock, condenou de modo definitivo, a legitimidade do poder vem da vontade da Nação e este poder é exercido por agentes da soberania Nacional, transitoriamente, na conformidade da lei, a título de representação e com responsabilidade pelos atos praticados. Ora, se este é o modelo, se estes são os princípios fundamentais, além da dignidade da pessoa humana, art. 1º, inciso III, e se constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, art. 3º, constituir uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir desigualdades sociais, promover o bem de todos sem preconceitos, raça e cor e sexo, idade etc, então temos aqui uma pauta que se oferece aos três poderes, todos eles investidos de porções da atividade do governo. Nesse contexto, é importante verificar que o Presidente da República comunica o seu propósito de encaminhar ao Congresso emendas à Constituição que se destinam a aumentar poderes ao Poder Executivo e a concentrar ainda mais os poderes da União no confronto com os Estados. Por isto dizia no começo, nós vivemos numa época extremamente significativa é importante, em que estamos elaborando instituições, instituições que por sua vez nos desafiam para bem conhecê-las e para praticá-las. Eu penso que os senhores e as senhoras são pessoas bem informadas nesse assunto sobre finanças, devem saber que a Presidência da República toma do Orçamento da União deste exercício, mais do dobro do que é destinado conjuntamente aos Poderes Judiciário e Legislativo da União bom que tenhamos isto bem presente. O que a Presidência da República reserva para si mesma no Orçamento deste exercício, vai além do dobro, do que é destinado ao Judiciário da União todo ele, e o Legislativo da União e a proposta do Presidente da República é de poderes ainda mais amplos de decisão e de recursos financeiros para a Presidência da República. É bom

sabermos também que embora a Constituição estabeleça o limite de 65% do orçamento para a despesa com funcionários públicos, é bom saber que no plano da União os funcionários públicos não custam, no presente, Orçamento mais do que 12%. De modo que o que se fala a respeito do custo excessivo da máquina do Estado é preciso ser examinado com muito cuidado, é importante saber, por exemplo, que a República Federal da Alemanha, reservou em 1989 para a União, 46% do PIB, sem falar nos Estados e nos Municípios. Significa , que mais da metade do PIB da República Federal da Alemanha indo para os cofres do Estado, somente poderá ser empregado no interesse público e no interesse social para o bem estar e isto num país que praticamente já conta com tudo o que precisa, trata-se só de manter. Neste presente exercício, todo o Poder Público brasileiro, União, Estados e Municípios, ficam com 56% do PIB, propõe-se para o próximo exercício apenas 18% e para ser administrado do modo que nós sabemos que funciona, por exemplo, a máquina do INSS, vazando recursos por todos os lados, qual pode ser o proveito, para o bem-estar geral. Então, também se pinta o demônio da burocracia, mas qual é o mal da burocracia? O mal da burocracia costumo dizer, não é o buro, o mal da burocracia é a cracia. Dos birôs precisamos, dos funcionários, das mesas, dos papéis, do contrário a administração não funciona. Claro que pode haver excesso de funcionários por causa de políticos cientistas, claro que muitas vezes os funcionários não são adestrados, porque são admitidos sem critério, é claro que este assunto está a exigir a necessária modernização e racionalização, mas íamos sempre precisar de funcionários e de funcionários com suas lesas. O problema da democracia é quedos funcionários passem a atuar no interesse deles como classe e não no interesse da sociedade, este é que é o problema com a burocracia, com a qual temos que conviver, inevitavelmente, mas que precisa ser reconceituada. Eis aí, em breve síntese, aquilo que me parece mais relevante em tema de princípios, de proposições genéricas, para a luz destas conceituações encararmos a questão da Liquidação Extrajudicial das Entidades Financeiras. Eu tenho

para mim que o acúmulo de funções, de atribuições, que a lei do Sistema Financeiro Nacional, atribui ao Conselho Monetário Nacional e ao próprio Banco Central, não contribui para o aprimoramento da organização social brasileira, em primeiro lugar não contribui. Com segundo lugar, eu tenho para mim que este modelo não é compatível com a Constituição atual. E claro que, em princípio, a uma primeira apreciação, este seria o último lugar para dizer isto que estou dizendo, mas não é assim, em princípio apenas, nós todos somos pessoas interessadas em encontrar o caminho melhor para o Brasil e vamos encarar as coisas como, sempre, como disse no início, com proposições, proposições sujeitas à reflexão e debate. Esses últimos dias, eu tenho lido e relido esta Lei 4.595 e os meus prezados ouvintes me tolerem essa franqueza, essa lei tem algumas coisas assim lidas no melo da madrugada, no silêncio da noite, orçam muito pelo delírio, é uma concentração de poder, é uma coisa fantástica, própria da época, é de 1964, dezembro de 1964. Ela exprimia as idéias de Roberto Campos, continua pensando da mesma forma, eminente Senador. Não é preciso, não vou lê, mas vejam os Senhores o que pode o Conselho, seria mais fácil dizer o que é que o Conselho não pode, porque deve ser talvez três ou quatro coisas que ele não pode, o mais ele pode, o princípio dos poderes reservados aos Estados. Não é o modelo, a técnica constitucional, tudo aquilo que não foi atribuído à União cabe aos Estados. Então, digamos, olha o Congresso pode fazer só isso o Presidente só isso, quanto ao Conselho Monetário tudo. Porque há aqui funções de natureza legislativa, por exemplo, só para exemplo, os incisos I, III, V, VI, do art. 4º. São funções de natureza legislativa, assim também no Banco Central no art. 1D, incisos III, VI, XI, a título de exemplo só, para não cansar os meus ouvintes, as funções legislativas incumbidas ao Conselho, ao Banco. Bem, isto estava bem numa época em que se dizia na Constituição o seguinte: "Que cabe ao Conselho de Segurança Nacional, fixar os objetivos nacionais permanentes. Pensem os senhores, o Conselho de Segurança Nacional, isto é, o Presidente da República, os Ministros Militares e mais alguns que o Presidente escolhia tinham a missão de fixar

os objetivos nacionais permanentes. Um texto desses pode estar numa Constituição que diz que: "todo poder emana do povo e é exercido em seu nome?" Isso é impossível, Isso é uma contradição completa, então, pergunto eu, a que título convém que uma entidade como o Conselho Monetário Nacional, acumule funções tão vasta de natureza legislativa, de natureza administrativa e de natureza jurisdicional que é a liquidação. Nós temos sem dúvida um órgão que é do Poder Judiciário, um organismo que é o da Justiça Eleitoral que tem funções administrativas, funções legislativas e judiciárias. Mas são restritamente delineadas na Constituição e os órgãos da Justiça Eleitoral, são órgãos investidos de garantias constitucionais e de vedações constitucionais e são órgãos sujeitos à responsabilidades constitucionais, como por exemplo, o impeachment, vejam os juízes não podem ter atividade partidária. Agora como fica o conselho Monetário Nacional? Claro que todos têm entidade partidária, são Ministros do Poder Executivo, são homens do partido do Presidente da República e que são investidos de um poder legislativo, administrativo, jurisdicional, extremamente amplo, diria até difuso, e indefinido, isto não é bom, Aristóteles já dizia que isto não é bom, isto leva à diluição da autoridade e compromete a cidadania. E o Poder Público investido de uma soma tão ampla de poderes dificilmente poderá dar conta desses poderes, dificilmente granjeará o reconhecimento público da sua eficiência, porque ele é investido de tantas atribuições que não é razoável supor que ele possa exercê-las de modo competente, tanto mais quanto – eu dizia que há aqui um certo contingente de delírio – que quem lê as atribuições do Conselho Monetário Nacional na Lei nº 4.595 é levado a supor que o Brasil seja realmente um País que tem realmente poder de decisão na cena econômico-financeira. Ora, a cena econômico-financeira ao longo do, depois da Segunda Guerra Mundial, dos acordos de Bertham Wood é eminentemente mundial e em escala mundial é uma questão de realismo reconhecermos que o Brasil é uma economia periférica, secundária, é lírico dizer que o Conselho faz isso, faz isso e faz aquilo. Em matéria de política cambial de exportação, de mercado exterior, o que ele faz na

verdade é homologar aquilo que as relações internacionais lhe impõe, como limite ao nosso poder de decisão. Então, fica um contraste entre, o que a Constituição quer, isto é, uma distribuição de poderes para que haja maior equilíbrio, e para que no equilíbrio de poderes fique ressaltado o espaço da cidadania. E esta acumulação de poderes que vem do regime autoritário de 64, fica ainda o contraste entre esta visão todo poderosa de uma economia que não tem essa escala de poder, numa época em que o poder econômico-financeiro é eminentemente mundial e em que o Brasil lamentavelmente não tem sido bem sucedido, especialmente nos últimos dez anos e tem caminhado no plano inclinado do declínio. Há perda de poder de decisão. Então, vejo, que a Constituição atual não confere suporte para estas disposições de que é tão fértil a legislação, seja a do sistema financeiro nacional, seja a das liquidações extrajudiciais. Eu tenho para mim que surge uma dificuldade de convívio dessa legislação com a atual Constituição. Vamos voltar aos textos. Consideremos inicialmente o art. 22. O art. 22 fala de uma competência privativa da união de caráter legislativo. Compete privativamente à União legislar sobre essas matérias e entre essas matérias, sistema monetário e de medidas, títulos de garantias metais, política de crédito, câmbio, seguros, transferências de valores, comércio exterior e interestadual, é o que tem mais relevo para o tema que nos prende hoje são os, incisos IV, VII, VIII e ainda os Incisos XIX, Sistemas de Poupança Capitação Garantia de poupança popular e o inciso XX, Sistema de consórcio e de sorteios. Aqui está uma competência exclusivamente da União para legislar sobre determinadas matérias que têm que ver com as finanças e com a economia. Mas o art. 24 fala de competências concorrentes. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, concorrentemente legislar sobre: Direito Tributário, Financeiro e Orçamento. Então os Estados também têm uma voz e até mesmo o Distrito Federal, também tem a sua voz a respeito deste assunto. A Constituição quer a despeito da grande soma de poderes que confere à União em termos de legislação e de administração, com uma tendência eminentemente concentradora que agora e quer ainda mais acentuar, a

despeito disto é verdade que a constituição, cujos grandes princípios são aqueles que no começo recordamos, os arts. 1º e art. 2º ela quer uma competência concorrente os Estados nessa matéria e os Estados têm suas entidades financeiras, os seus bancos estaduais, Caixa Econômica, o seu orçamento, as suas finanças. Agora há pouco o Governador de São Paulo empreendeu um grande esforço de entendimento com as lideranças da indústria, do comércio e da lavoura, no sentido de um soerguimento da economia do Estado de São Paulo. Está praticando, supostamente, esta técnica, ou este princípio, segundo o qual cabe também aos Estados, lidar com esta realidade. E depois o art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem observados o princípio desta Constituição. São reservados aos Estados: § 1º as competências que não lhes são vedadas por esta Constituição.

Então há uma reserva de espaço para os Estados. De tudo aquilo que não foi atribuído a União fica estes espaços para os Estados. Com base, nesse modelo, foi ainda mais acentuado na Constituição atual. Alega-se que o Brasil teria caminhado por um rumo muito artificial quando adotou a Federação. Eu não comungo muito deste modo de ver porque mesmo ao longo do período da Colônia o Brasil viveu a experiência descentralizadora, das Capitanias, dos dois governos e depois ao longo do império vieram as províncias que foram os germes dos Estados. E a Constituição atual adotou o princípio que é também o norte-americano. Tudo, na verdade, pertence ao Estado-Membro, salvo aquilo que a Constituição entregou à União, por isso se diz que é residual a atribuição do Estado-Membro. Então uma questão que proponho é esta. Diante disto, como fica a liquidação de um banco estadual A liquidação de um banco estadual por mais razoáveis que sejam os motivos não é uma intervenção da União no âmbito do Estado-Membro. Lembrem-se de que o caso de Marschal foi este. A União queria lançar tributo sobre uma repartição estadual Lançou tributo sobre uma repartição estadual e Marschal usou de um argumento que imagino, nunca o nosso Supremo Tribunal aceitaria.

Muitos de nós talvez considerássemos algo delirante o fundamento de Marschal. Se a União pode tributar uma repartição do Estado, logo, pode também fechá-la. Vejam que é evidentemente uma construção, não é, é uma petição de princípio, é uma ideologia que está aí. Marschal queria completar a Constituição sobre este prisma, ele queria prosseguir no desenho da figura e, não há dúvida, foi o momento mais brilhante na história das Instituições americanas. Até hoje a Nação lida com esta conquista. Agora mesmo nos Estados Unidos estão trabalhando com esta técnica para ter uma sociedade conservadora. Se assim o povo quer. A União taxou uma repartição estadual, não pode. Porque se pode taxar, pode fechar e isto não pode. Bem, e o Banco Central, fecha um banco estadual? Como é que fica Marschal? Como é que fica o poder residual dos Estados? Fecha a Caixa Econômica de Sergipe? Então, não vamos falar de Alagoas, fiquemos no Sul, à margem Sul do São Francisco. Então parece-me que há um problema aí. Art. 52, compete privativamente. Por que que eu falle no 52, III, "d". Compete privativamente ao Senado aprovar primeiramente por voto secreto após argüição, assim. Era isso que eu queria dizer e estava fugindo um pouco, perdão. A Constituição atual agasalhou o Banco Central e isto me parece sumamente importante. Não fala no Conselho Monetário, fala no Banco Central, art. 52, III, "d". Compete privativamente ao Senado aprovar previamente por voto secreto após argüição e eu espero que esse aproar seja lido assim: "Aprovar ou reprovar, porque nos Estados Unidos o Senado aprova ou não reprovava muitas vezes reprovava, e no Brasil nunca reprovou. Então, a Constituição aqui diz assim, é a tal história da interpretação, é disso que fala Bertrand de Juvenel. A leitura precisa ser conciliada, porque senão podemos chegar a disparate. Aqui diz assim: Compete assinar e aprovar previamente, então desse modo só pode aprovar. O Presidente manda ao Senado e o Senado aprova. Mas por que que eu aprovo? É porque diz aqui que o Senado tem que aprovar. Aqui é assim, quando diz aprovar quer dizer também reprovar. É leitura jurídica, a leitura sutil. O Senado pode e deve recusar ou aprovar, o Presidente do banco e os seus diretores – III, "d", o



Presidente e Diretores do Banco Central. Depois eu encontrei o 84. A nossa Constituição ainda está em fase de conhecimento, não é? Os senhores conhecem mais os dispositivos dela sobre Banco Central do que eu 84, compete privativamente ao Presidente da República. XIV, nomear após a aprovação do Senado os Ministros do Supremo, dos Tribunais Superiores, Procurador-Geral e o Presidente e Diretores do Banco. Ele indica e o Senado aprova ou recusa, depois de sabatar; 164, na competência da União para emitir moeda. §§ 1º, 2º e 3º. É vedado ao Banco Central conceder direta ou indiretamente empréstimos ao Tesouro. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro para regular a oferta de moeda e as disponibilidades de caixa da União, serão depositados no Banco Central dos Estados e dos órgãos e Entidades do Poder Público, Empresas e instituições Financeiras oficiais. Aqui discute-se se o Banco pode efetuar adiantamentos para a União, no Âmbito do § 1º. É vedado conceder direta ou indiretamente empréstimos ao Tesouro. E se o Banco vai efetuar o lançamento de títulos no mercado e já antecipa para o Banco do Brasil para as disponibilidades da União, uma parte daquilo que vai ser captado, isto não é empréstimo? São assuntos que estão aí conclamando a jurisprudência, mas o que eu queria dizer, falta ainda o 192, é que a atual Constituição não pode ser negligenciada no tocante à política financeira, é o Sistema Financeiro Nacional. Ela ocupou terreno com disposições muito importantes. O Sistema Financeiro Nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir os interesses da coletividade será regulado em lei complementar, que disporá inclusive sobre autorização para funcionamento para instituições financeiras, assegurar transações bancárias oficiais e privados, dar acesso a todos os mercados financeiros. E aqui seguem as disposições com a do inciso IV, organizações, funcionamento e atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas, requisitos para designação de membros da diretoria. Vejam que este artigo, segundo me parece, alerta a Nação, para os excessos da ideologia desenvolvimentista. A ideologia



desenvolvimentista aparece na lei do Sistema Financeiro de forma muito evidente a Lei 4.595, quando diz assim: "Quando encarece a função do Sistema Financeiro de promover o desenvolvimento". Criando, inclusive, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, então ela introduziu com muita clareza a ideologia do desenvolvimentismo. E essa ideologia do desenvolvimentismo que refletia assim uma espécie de ansiedade do país, deixar aquela etapa de uma economia exportadora de matéria-prima sitiada na orla oceânica para um país próspero, um país progressista, como é o lema da nossa bandeira, não é. E, nós sabemos que esta ideologia desenvolvimentista, produziu vários desequilíbrios, ensejou vários disparates como a Ferrovia do Aço, como a Transamazônica, empreendimentos que deveriam ter a sua razão de ser como a questão lá de Angra dos Reis, mas que foram dirigidos com muita incompetência e sem nenhum sentido de proporção. Agora a Constituição ergue uma advertência em relação a isto no art. 192 e diz: o sistema financeiro estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade. Há aqui uma preocupação de equilíbrio e de bem comum, não há aqui mais uma aceitação lírica a título de um panegírico do desenvolvimento. Pois bem, a Constituição chamou para si o Banco Central e estabeleceu que deverá haver uma lei complementar para tomarem este espaço que hoje é ocupado pela lei do Sistema Financeiro da Habitação. Eu não estou de acordo com o pensamento que eu encontro exposto, por exemplo, por Celso Ribeiro Bastos, eminente constitucionalista, que aliás, tece comentários muito pertinentes, mas não estou de acordo em que esta lei possa ser identificada com a lei complementar. Estou de acordo sim que ela deva prestar serviços até que venha a lei complementar e para assim entender eu, primeiramente, me louvo nos princípios, é claro, que, a Constituição que exalta o princípio de acesso ao Judiciário, que tem em vista que o Judiciário atua sobre processo, com as garantias de isonomia, de contraditório, de publicidade, é claro que uma Constituição que assim acentua os direitos individuais, uma Constituição que projeta o Ministério Público como esta no art. 128.

O Ministério Público abrange etc. Então, vejamos, 128, § 5º, leis complementares da União dos Estados cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público observadas quanto aos seus membros as garantias de vitaliciedade, de inamovibilidade, de irredutibilidade e ainda 129, são funções do Ministério Público, promover Privativamente a ação penal pública, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes públicos, promover o inquérito civil e a ação pública. Então, uma Constituição, dizia eu, que acentua o acesso ao Poder Judiciário, que é hoje a palavra, do momento na Europa, principalmente nos Países desenvolvidos o acesso à justiça, com assistência judiciária, com garantia de ser ouvido como na Declaração da ONU, cada um direito ao seu dia no tribunal, sendo certo que o Judiciário tem as garantias de Independência, que evidentemente, os funcionários Públicos não têm nessa medida e ainda agora o Presidente da República quer extinguir. Então, se a Constituição quer ampliar "o acesso ao Judiciário, quer acentuar o papel do Ministério Público como órgão dinâmico, na garantia da legalidade da Administração Pública, do exercício do Poder Público, mais ainda, se a Constituição vai ao ponto de atribuir à Polícia Federal art. 144, a segurança pública, dever do coitado, é exercida para preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da polícia federal, vejam o § 1º deste artigo. A Polícia Federal é instituída por lei como órgão permanente, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política-social em detrimento de bens, serviços e interesses da União e mais ainda, o inciso IV, exercer com exclusividade as funções de Polícia Judiciária da União. Então eu pergunto. Como pode subsistir, confortavelmente, neste contexto constitucional, uma legislação extremamente concentradora de poderes. De natureza legislativa, administrativa e jurisdicional, atribuída ao Banco Central, quando os seus servidores em que em geral se reconhece competência, dedicação, mas que não estão investidos de garantias. Como pode a liquidação extrajudicial garantir estas condições de acesso que a Constituição quer. E a presença do Ministério Público, e a presença

da Polícia Federal. Porque sem estes mecanismos as responsabilidades penais que mais recentemente correspondem as figuras dos crimes de colarinho branco, não Poderão ser convenientemente apuradas, porque o processo da liquidação extrajudicial, pelo seu próprio modo de se realizar não está aberto ao público como está o processo judicial. Quem quiser conhecer a falência ou a concordata agora daquela grande loja de São Paulo, vai a 11ª Vara Cível e consulta os autos. Como é a liquidação extrajudicial? É ela compatível com o princípio da publicidade, que a Constituição tanto encarece? Então, no art. 192, o argumento gramatical. A Constituição quer e fala no futuro. O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento desequilibrado e será regulado em lei complementar. Não bastassem estes argumentos de ordem sistemática, doutrinária, em que nós verificamos que este acúmulo de poderes não se acomoda com os grandes princípios da Constituição, vem a letra do texto e diz: "Será regulado em lei complementar". Parece até mesmo o fato de a legislação de hoje ser tão identificada com uma época já ultrapassada, aconselha essa nova legislação. Estou, portanto, aqui, embora de uma forma muito coloquial (eu não sei se está sendo gravado, está?) então depois eu poderei trabalhar com o texto é retirar as repetições, mas a questão que me foi proposta neste gentil convite é esta. Como fica a Liquidação Extrajudicial, matéria do Banco Central ou do Poder Judiciário. Eu tenho para mim que a legislação atual já não pode conviver bem com a Constituição. A legislação, diria melhor, antiga, anterior à Constituição, velha, de 20 anos, isto no Brasil é um horror, não é, 20 anos são 3, 4 séculos, durante século 20, não é. Então ela não está bem com a Constituição. É necessário uma lei complementar que realmente confira ao Banco Central o papel que ele próprio aspira, por tudo quanto sei, de que seja tipicamente de união instituição central do Sistema Financeira. Eminentemente normativo e fiscalizadora que dá o atestado de sanidade às finanças nacionais. E quantos às liquidações eu penso que o Banco Central deveria ser o grande repositório de saber, de experiência, de aptidão técnica para cooperar por meio dos seus

funcionários especificamente competentes com os órgãos do Judiciário, para a liquidação judicial, mesmo porque, como sabemos, o que tende a acontecer é que as liquidações extrajudiciais vão acabar na Justiça, por mandados de segurança, por habeas corpus, por ações de indenização e a União, eu devo dizer aos senhores os que não sendo advogados, talvez não sabem, a União é a ré que todos os advogados almejam. A União é uma grande ré. Ela perde quase todas as demandas. Então, o que acontece, fazem-se as liquidações. Vejam os senhores, o Presidente da República num momento de exaltação emocional, cobra do Ministro da Fazenda uma liquidação extrajudicial, ou então a prisão de certa pessoa. O Ministro da Fazenda, como disse o Deputado Ulisses Guimarães é demissível "ad nutum", se ele gosta muito do cargo ele faz o que o Presidente quer, então liquida uma empresa que às vezes não é caso de liquidar, é o problema das garantias. O modelo nosso não é esse, o modelo nosso é aquele que está em John Look. Os poderes existem para limitar o poder. O poder existe para o bem comum, para que ele sirva ao bem comum ele deve existir mediante poderes que se auto e reciprocamente se limitam. E eles se exercem, segundo os princípios de delegação ou de representação, não é, transitoriedade, legalidade e responsabilidade. Não é bom acumular muitos poderes, não dá para exercer, não dá para exercer bem. O espaço da cidadania resulta comprometido, tudo a meu ver aconselha, uma lei complementar, com uma palavra, quero dizer que corresponda a importância que a Constituição deu ao Banco Central e não aquele Conselho que se reunia por telefone. E um Banco Central que sem dúvida será uma reserva de capacidade que será de grande valia para que um Poder Judiciário que se modernize, que se adapte, possa hoje assumir a liquidação dos Bancos. Porque no fundo é como disse Waldemar Ferreira, o meu mestre inesquecível, não é, eu até separei aqui, Waldemar Ferreira gostava de frases assim algo estridentes, não é, como é que ele diz com muita graça. "A falência que não é falência, diz ele na "Liquidação Extrajudicial de Bancos", para evitar a falência, evitava também a falência das anônimas,

não é, então Waldemar diz também no texto escrito, eu vou por aí, "evitar a falência, com a própria falência". Assim, Waldemar Ferreira resumiu o sentido dessa legislação, da liquidação extrajudicial. Evitar a falência como, com a falência. Mas a falência realizada ali onde não há as garantias que são próprias do judiciário e onde os funcionários estão até correndo o risco de não ter garantia nem de estabilidade, não é, e onde o processo não é público, esse tipo de concentração de poderes não serve a ninguém. Meus prezados ouvintes. É uma indisciplina total, não é, é o vício da UNB, as aulas lá são de hora e quarenta, peço muitas desculpas pela forma assim tão desconchavada como desenvolvi o tema e comprometo-me a rever estas notas. Haverá um espaço, eu fico muito grato por sua atenção, peço desculpas pelo desalinho destas notas e ponho-me à sua disposição para trocas de idéias, responder não garanto porque o assunto é tão complexo. (palmas)

O SENHOR MARCOS : ... Pediria aos interessados que utilizassem os microfones das cadeiras, declinando previamente o nome e a origem.

O DR. RAMON: Foi aberta agora, neste momento, a palavra aos presentes, antes de fazer a pergunta ao meu predileto mestre, porque sou aluno dele há 22 anos e um também estou velho. Ministro Romildo, na época juiz ainda da 2ª Vara Cível, eu tive o privilégio de ser aluno dele no Processo na Unb. Continua sendo meu mentor intelectual no área, não tenho nenhum pejo é um dos mais brilhantes e cultos Ministros, não só porque é meu amigo, mas em dizê-lo por conferência de fato das atuações, é um homem que seria no exemplo de Hernest a bola que contém todo o universo da sabedoria jurídica nossa, eu possa afirmar isso, porque é um homem bastante versátil. Eu já tive ensanchos de consultá-lo em vários problemas das diversas ramificações do Direito e sempre com uma coerência insuperável. Mas Ministro, eu queria, eu prefiro chamá-lo de Professor, é uma forma mais afetuosa e a quem eu tributo muito

porque , muito do que eu sei elevo ao seu magistério, vou afetosamente tratá-lo não de Ministro mas de professor.

Professor Romildo, o problema da colocação do sistema americano, da Corte americana relativamente a atuação dela, em face da nossa magistratura superior, agora subdividida na apreciação da lei pelo Superior Tribunal de Justiça e da Suprema Corte só na matéria constitucional. Ficou processo meio confuso para, a nosso Sistema eclético, mas há uma diferenciação, infelizmente no nosso sistema o Judiciário tem pouco espaço de atuação, primeiro pelo hábito de se subordinar sempre e as conveniências do Executivo numa tradição cultural nossa infeliz, de ditaduras, etc. Segundo, é que o sistema americano baseado no Camon Law inglês e no meu processo .....que não é isso que se colocou na Constituição, é um sistema lá e aqui que se colocou como maneira de defesa e não é isto. Ele é .... Corte americana tal, como a Corte Lords da "Inglaterra ela tem eficácia legislativa, infelizmente no Brasil e nós só podemos interpretar a lei com o que é uma reminiscência da cultura germânico – itálica que veio para o Brasil do Sistema alemão, embora hibridismo, porque, nós que introduzimos na Suprema Corte nossa a polícia da Constituição que não existe na Corte alemã e italiana em termos tão rígidos. Então a grande dificuldade começa aí. Segundo, há um outro aspecto que nós vamos nos culpar reciprocamente. O sistema da administração pública na colocação de doutrinadores como Valim, Bordereau Barder, inclusive do Professor Marcelo Caetano, falecido, ela também é um poder, mas no Brasil ela tem sido omissa, infelizmente muitas vezes podem falar, o caso específico do Banco Central que nós seríamos coniventes, não, no Banco Central infelizmente o advogado vive de ferrolho, muitos, eu tenho brilhantes colegas aqui que não quer o citar nomes, que dão pareceres contrários ao sistema e são arquivados, eu tenho quatro ou cinco ou mais arquivados simplesmente, porque vão contra. Vossa Excelência falou do problema da incompatibilidade entre o sistema de intervenção da Lei 6.024 – e da 4.595 com a nova

Constituição, realmente há. Mas acontece que o próprio, veja Vossa Excelência, que absurdo, o próprio dono do processo legislativo que é o Parlamento, abdicou provisoriamente desta faculdade no art. 25, se não me engano, das disposições transitórias. Então esta vergonha começa do próprio Poder Legislativo. E há um outro aspecto a considerar, há muita conivência também de parte do sistema judiciário, não todos, eu conheço Vossa Excelência eu não vou citar nome de outros, que são homens que dão voto contra, eu tenho inclusive várias decisões em que Vossa Excelência foi voto vencido junto com outros Ministros de meu conhecimento, contra certas decisões de apadrinhamento às vontades do Governo executivo. Mas essa independência não é total no sistema judiciário, então o grande fracassos, está dentro de nós mesmo e eu tenho colocado inclusive em pareceres do Banco Central arguindo o art. 5º, XXXIII, em que se dá ao advogado a independência, no sistema alemão, português e francês inclusive o direito do português diz que o funcionário público seja de qualquer área ele não deve cumprir norma que seja inconstitucional ou ilegal e, justifica isso ou então ele se submete e motiva e diz que cumpriu por imposição, manietado na mão. Então as pessoas de maior liberdade eles são normalmente manietados. Eu tenho aqui, não quero citar, mas tenho vários colegas aqui que deram como eu pareceres contrários ao sistema e fomos simplesmente arquivados e não temos acesso a maior, porque há um peneira de subserviência. Nós confundimos muito no Brasil, inclusive da magistratura, isso eu falei com o Desembargador Odir Porto lá em São Paulo, que me recebeu muito bem numa sustentação oral lá da Câmara Especial e São Paulo nesse ponto é privilegiado porque tem uma Câmara de Desembargadores de altíssima integridade, talvez até em nível Superior ao Supremo, não falo isso com nenhum desdouro, porque eu conheço os dois. E ele me ponderou, o problema de questionamento da legalidade no Brasil em que muitas vezes as Cortes estaduais dão decisões absolutamente isentas e as cortes superiores vão e apadrinham a intenção do governo. Mas isso aí não é uma crítica a Vossa Excelência, mas é uma crítica de um modo geral ao



comportamento nosso e como funcionário, eu e Vossa Excelência e todos nós. Há uma certa, como se diz, docilidade excessiva. Nós não sabemos nos impor diante do administrador. Então chega alguém com uma, tradição mais colonialista e quer fazer absurdo. A Constituição nossa, não deveria ser modificado como se quer para esvaziar os estados e sim para diluir o poder concentrado. O Brasil deve retornar as suas origens do cultura Européia porque o europeu nos deu sabedoria, nos deu a escola greco-romana de pensamento jurídico e filosófico, o americano não tem nada para dar a não ser rock e cocaína. Então é muito difícil o americano dar alguma coisa além disso. Mas há um outro aspecto que eu queria salientar a Vossa Excelência e queria um esclarecimento. O problema que Vossa Excelência abordou aí sobre a questão de 1930, 29 ou mais ou menos isso na Alemanha, foi justamente na época da crise, a Alemanha entrou em deblaque crônico depois da 1ª Guerra, 18 e Prolink era Ministro Hamdemburg, se não me engano, logo depois o Hitler assumiu o poder, mas por que? Porque a Alemanha estava subordinada a uma, estava manietada a um sistema econômico para sufocá-la como está a América Latina hoje. Então nós temos, como Vossa Excelência bem disse, um sistema bancário internacional que insufla, impõe as condições de nosso funcionamento. O Conselho Monetário Nacional, por exemplo, estendida a sua vigência vigor a vida pelas disposições do art. 25 hoje, incrível, pasme Vossa Excelência, eu tenho um parecer que foi contra isso e está arquivado, que mostra em que um Ministro de Estado subordina o Conselho a ele. Mas acontece que esse Ministro compõe com outros Ministros o mesmo Conselho, então que incongruência, um Conselho composto por um dos Ministros é subordinado a este próprio Ministro, só no Brasil isto. Em 2º lugar, o problema da natureza que Vossa Excelência discordou, de se colocar o Banco Central e o Conselho Monetário, hoje extinto está confessadamente admitido inclusive em vários pareceres da nossa área, se caberia ou não a colocação do Banco Central sobre a égide do Executivo ou não, porque na realidade quem deveria estar pelas normas do Congresso Nacional pelos poderes conferidos ao Congresso



Nacional, subordinados diretamente ao Congresso Nacional como é na Alemanha entre outros países civilizados, menos o Brasil. Então, este problema de amordçar a fiscalização e o agenciamento e a autorização que é um ato de governo para funcionamento de bancos ao Executivo, contrariamente à Constituição e de uma outra incogruência que nós temos que enfrentar. E o Judiciário tem sido silente, inclusive vi várias denúncias sobre esse aspecto. Infelizmente, o problema do amordçamento e da subserviência não decorre só do funcionalismo do Executivo, nós somos manietados até pelo processo de comissionamento, muita gente íntegra às vezes até recusa a comissão para não ter que subordinar. Presencio a sua vida desde o começo de juiz pela sua independência, idoneidade e honestidade, aqui eu possa afiançar porque eu presenciei e a perseguição de que foi vítima no Tribunal de Justiça aqui até que foi nomeado Ministro do TFR. Então eu conheço de Vossa Senhoria a rebeldia que é típica do paulistano de "pedigree", conheço isso, quando vivi em São Paulo, conheço lá. E a grande, outro grande mito que surgiu é que São Paulo não progrediu e como Vossa Excelência disse, o Brasil é colônia em decorrência de certa liberalidade, mas ao contrário, como eu já falei anteriormente da rebeldia natural da mescla de nacionalidades ida para São Paulo. Essa rebeldia que deu impulso ao Sul do Brasil, não foi por questão de liberalização do Governo não, porque São Paulo e o Sul jamais receberam verba alguma e muito pouca, ao contrário 80% das verbas de recolhimento de impostos federais de São Paulo saem para o Governo Federal. Eu queria uma colocação de Vossa Excelência uma explicação sobre o posicionamento da Constituição nossa em relação à fiscalização dos atos do Poder Executivo e também a colocação que Vossa Excelência vê sobre, a ótica do Congresso Nacional e da atuação do Banco Central com o refazimento dessa colocação em face das ponderações que fiz, por gentileza.

O DR. MARCOS: Ministro, me permite só uma colocação. Eu gostaria de pedir aos demais interessados em formulação de questões que

fossem breves porque o tempo é bastante escasso, de forma que todos tivessem oportunidade de, ou pelo menos uma boa parte de participar.

O MINISTRO ROMILDO: Na verdade, a questão trazida pelo Dr. Romon Boguiote suscita vários aspectos, sua intervenção e não há dúvida de que um dos grandes problemas que o Brasil tem enfrentado em tema de finanças públicas e, isto é, geralmente reconhecido, consiste na falta de acompanhamento competente da execução orçamentária. Que entre nós é confiada ao Tribunal de Contas da União e como órgão de colaboração com o Poder Legislativo. O Poder Legislativo no período dos governos militares, que tivemos aí na década de 60/70 e 80, o Poder Legislativo foi a bem dizer limitado a uma função supostamente fiscalizadora, quem não exerceu, falávamos a pouco que o Senado nunca recusou nenhuma indicação do Presidente da República, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, não é, agora mesmo o juiz indicado para a Suprema Corte

(FITA 3)

esta experimentando muita dificuldade para ter seu nome aprovado pelo Senado. Então, essa função nominalmente fiscalizadora do Congresso Nacional, atribuída ao Tribunal de Contas para instrumentá-la, em verdade pouco significado tem. O Orçamento da República eu até ouço dizer que ele nem mesmo bate, que ele nem mesmo fecha. Não há esse acompanhamento da ação administrativa e financeira. A Constituição italiana é muito rigorosa em relação a subsídios, ela impede os subsídios, mediante isenções tributárias, ela admite que certos projetos sejam financiados, por determinadas quantias, mas sempre mediante um sistema de definição de objetivos, de recursos, de métodos, e de resultados, fiscalização. No Brasil existe essa carência. A nossa tradição de um Estado patrimonialista como diz Raimundo Faoro, ainda pesa muito na prática administrativa Brasileira.

Quanto ao Poder Judiciário eu não sou tão Pessimista há não ser pelo fato de que existe muita carência. A nossa estrutura educacional está muito corroída, as nossas Universidades estão muito abaladas na sua estrutura, na sua atuação. Tivemos ocasião de colaborar como Corregedor da Justiça Federal num período de 1985/1987, para iniciar a descentralização da Justiça Federal, então criamos Varas Federais em cidades do interior do Estado. Saímos, quer dizer, não nos limitamos mais as capitais, listo no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, no Rio de Janeiro. Até bem pouco tempo não havia um Procurador da República para atuar em Ribeirão Preto, onde temos dois Juízes Federais. O Ministério Público não acompanha as necessidades de um avanço tímido do Judiciário. Claro que não nos esqueçamos de que o Judiciário brasileiro tem cem anos de história. Ele foi criado, pelo Governo Provisório em 1890 é um poder muito jovem, ele foi mal recebido, aliás, pelos outros poderes. Nenhum poder tem a tendência de renunciar. A única renúncia de que temos notícia é a de Jânio Quadros e toda essa tragédia. O poder não é afeito a renúncia e o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ainda, no Brasil, não se acostumaram bem ao Judiciário. Hoje, estes últimos fatos que estão aí na imprensa, têm marcado o espaço que o Judiciário, deve exercer a cidadania está invocando o Judiciário, ele está procurando corresponder. Eu creio que o cumprimento desafia a Constituição, a resposta a este desafio com uma legislação complementar para o sistema financeiro, poderá contribuir. Poderá contribuir para esta questão da fiscalização do planejamento e poderá contribuir também para conclamar a União a organizar sua advocacia, o seu serviço Jurídico e a independência que é própria de todo o Banco Central, sem a qual ele não pode realmente desempenhar suas funções se o Brasil caminhar então para o modelo parlamentarista, certamente que esses objetivos serão ainda mais acentuados. Vivemos ainda de esperança, Dr. Ramon, vivemos de esperança.

O DR. AMAURI: Ministro Romildo, não é propriamente uma indagação, vou tentar lavrar um dissenso. Mas antes disso eu prefiro colocar minha posição geral a respeito do assunto. Sou defensor ardente de que a liquidação extrajudicial saia da esfera do Banco Central e caminhe para a esfera do Judiciário, acho que por uma questão de princípio que ela estará melhor colocada, mas as questões que me são postas enquanto advogado do Banco são de natureza prática. Diante da Constituição de 1988 me é perguntado, a Lei 6024, está em vigor? Ou seja, ela foi recebida pela nova Constituição? Ou, eu estou numa situação de anomia, eu não tenho norma para gerir a liquidação de instituições financeiras enquanto não vier uma lei outra que se a de que ao espírito da Constituição. A questão, postas neste termos e enquanto advogado do Banco Central, eu tenho tido oportunidade de sustentar que a Lei 6024 ainda dá ensanchas a que o Banco Central procedo a liquidação de bancos. A primeira vez que o assunto foi ventilado sob a égide da Constituição de 1988, foi o episódio Naghi Nahas em que duas corretoras haviam de ser liquidadas pelo Banco Central do Brasil. A Corretora Ney Carvalho e a Corretora Tamolo. Naquela altura sustentei que o Banco Central poderia praticar o ato do seu ofício que era liquidação extrajudicial, embora não concorde em tese com a atividade do Banco Central. Agora há pouco tempo, coisa de quinze dias, saiu um julgamento em que a tese do acórdão admitia expressamente que o Banco Central poderia continuar decretando liquidações extrajudiciais. No mesmo diapasão decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento de liquidação do Paraiban que o Banco Central poderia continuar liquidando instituições financeiras e ele analisou a mérito da pretensão do ex-Ministro Saulo Ramos que era o patrono do Paraiban. E enfrentou as questões que nos enfrentávamos, disse que não teria recebida a Lei 6024 por ofensa ao devido processo legal. Ninguém será privado da liberdade de seus bens sem o devido processo legal. Nós procuramos demonstrar que o devido processo legal existe, mesmo na Lei 6024. A uma, porque não exclui da apreciação do Judiciário qualquer ato praticado pelo Banco Central ou por

liquidante nomeado pelo Banco Central que não é seu preposto. A duas porque o que se argüia era a indisponibilidade dos bens dos ex-administradores, mas isso é apenas uma ocorrência cautelar que não decorre sequer de prática de qualquer ato do Banco Central uma ocorrência "ope legis" e nós lembrávamos que o Código de Processo Civil prevê "n" procedimentos cautelares que são deferidos se a oitiva da parte ex-adversa. Então a coisa se colocaria mais ou menos nestes termos, e mais, a indisponibilidade de bens de administradores não é para o Banco Central, é uma garantia para o Judiciário de que nas ações de responsabilidade civil a decisão adotada pelo Judiciário, se for pelo reconhecimento da culpa ou da responsabilidade dos ex-administradores, esses bens tornados indisponíveis irão garantir eficácia, utilidade a decisão prolatada. Então eu tenho sustentado diferentemente do que o senhor colocou Ministro, de que a Lei 6024 foi recebida por enquanto, pelo Constituição República.

O SR. MINISTRO ROMIDO BUENO DE SOUZA: Desenvolveu considerações que eu recebo com muito apreço, muito apropriadas. Eu verifico que o Dr. Amauri também entende que seria preferível Que as liquidações fossem judiciais. Bem, a título de partilhar deste diálogo tão bem desenvolvido, o senhor é da área jurídica do Banco, do contencioso, não é? Então, o Dr. Amauri tem grandes experiências nesses afazeres. Eu entendo Dr. Amauri que é cabível uma distinção, aproximadamente com o que se deu, digamos, o modo como a Suprema Corte do Japão lidou com a Constituição japonesa atual que é do pós-guerra, não é sabido, que o regime de ocupação que se seguiu a derrota do Japão levou o General Mc Carthey a empreender uma reconstrução uma obra de reconstrução, de modificação institucional do Japão. E há pouco tive a oportunidade de ouvir de um ilustre constitucionalista japonês que esteve aqui no Brasil a convite da Ordem dos Advogados, dando a notícia muito bem fundamentada do que se passou no Japão. Há um consenso de que o Japão ganhou de presente uma Constituição que lhe foi imposta, mas uma

Constituição muito adiantada, uma Constituição que era um verdadeiro hino, aos institutos fundamentais do Estado democrático. Justifica-se que a Constituição japonês a foi elaborada por uma equipe de jurista da geração de Roosevelt, jurista que tinham seus quarenta e poucos anos, que tinham servido ao New Deal na sua juventude e que eram grandes idealistas a tal ponto que eles estabeleceram na Constituição um salário mínimo, coisa que o Japão nunca tinha ouvido falar. E salário mínimo que no Japão não podia ser praticado. E também garantiram a assistência judiciária que não havia nos Estados Unidos. Então a Suprema Corte do Japão se viu numa grande dificuldade, como é que ele poderia trabalhar com esta Constituição que não conferia, como se um sapato não conferisse com o tamanho do pé,— foi um grande desafio para a Suprema Corte japonesa, ela teve que lidar com isto e ele ilustra como a Suprema Corte caminhou em determinado rumo nos anos quarenta, nos anos cinquenta. E como a partir dos anos sessenta com o grande progresso que o Japão conseguiu realizar, a Suprema Corte também mudou a sua orientação. Isto me parece apropriado. Eu estou convencido Dr. Amauri, não somente de que é mais apropriado que a liquidação vá para a esfera judicial, claro que mediante muitos arranjos legislativos e administrativos, como também estou convencido de que essa Lei 6024 não convive com a Constituição, não pode conviver, por que o senhor veja aqui, eu tenho como irresponsável a questão da intervenção federal. E uma intervenção federal feita por um serviço administrativo. Agora, eu reconheço que tal como no Japão é preciso lidar com essa realidade. Se hoje, o Supremo Tribunal fulminasse a Lei 6024 como incompatível com a nova Constituição, como é que ficaria a administração financeira. Poderia haver um problema gravíssimo e o Judiciário não está aparelhado, não há juízes, não há escrivães, escreventes, não há técnicos judiciários, não há máquina de escrever. Então, eu admito, estamos falando em termos de princípios, admito como uma interpretação oportunística, no melhor sentido da palavra, àquela que admite o convívio da lei do sistema

financeiro e da Lei 6024 com a atual Constituição, mesmo porque a Constituição está cobrando do Legislativo a lei complementar.

O DR. AMAURI: Senhor Ministro, o senhor me permitiria um esclarecimento?

O SR. MINISTRO ROMILDO BUENO DE SOUZA: Pois não.

O DR. AMAURI: Agora que o Dr. Noveli já saiu, dificilmente a questão vai sair no STJ eu devo esclarecer que quanto à intervenção dos bancos estaduais eu me posicionei contra. Entendo que esta regido por lei especial – Dec.lei 2321, entendo que não deve o Banco Central determinar liquidação de banco estadual, mas a questão que está em julgamento em primeiro lugar o judicial – eu tinha que esperar o Dr. Noveli sair. Mas eu falo somente em relação às instituições financeiras de caráter privado.

O SR. MINISTRO ROMILDO BUENO, DE SOUZA: Mas em relação a elas também. Senhor veja o seguinte, vamos extinguir, veja o problema de uma entidade financeira privada que é liquidada. Ora, isto é um dano gravíssimo, negar que aí haja uma lesão de direito individual é pretender tapar o sol com a peneira. Onde o senhor então argumentou bem, mais lá nas cautelares se dá a liminar sem ouvir, bem, mas aí ela é o juiz titular de garantias constitucionais e ele atua mediante o processo de contraditório. Esse contraditório foi apenas postergado, cabe recurso para o Tribunal, não é verdade, então é uma situação diferente e numa Constituição que exalta o acesso ao Judiciário é sumamente difícil sustentar a compatibilidade de uma legislação que era aliás compatível com outro sistema. Mas reconheço que, estamos aqui neste particular e talvez em outros assuntos também, estejamos no Brasil de hoje mais ou menos como no Japão, na década de 40, precisando arrumar as coisas, para que a Constituição efetue. É uma Constituição programa, é uma Constituição que quer mudar. Então o que é preciso é ajudá-la e ajudar à Nação a corresponder ao modelo, o que nem sempre pode ser feito de

modo imediato. Agora, o Supremo Tribunal, realmente é muito conservador, talvez ele venha a reexaminar este assunto. Eu gosto de mencionar um exemplo. O Estado de São Paulo ainda no sistema de 67, criou na sua Constituição estadual, um excelente Tribunal de Contas, bastando dizer que o Tribunal de Contas de São Paulo ao indeferir o registro de um contrato e não havendo pronunciamento da Assembléia em sentido contrário, dentro de 50 dias, ficava autorizado pela Constituição a promover todas as providências de responsabilização. Os senhores não acham que é um excelente Tribunal de Contas? Pois o Supremo Tribunal fulminou essa lei paulista, porque disse que esse modelo de Tribunal de Contas é incompatível com o Tribunal de Contas da União. Sim, claro, o Tribunal de Contas da União é realmente um órgão pouco atuante. E o Supremo achou que o de São Paulo tinha que ser como o da União. É uma interpretação muito limitativa dos resíduos dos poderes residuais dos Estados, e é um grave comprometimento do princípio da fiscalização, as os tribunais podem perfeitamente evoluir, de qualquer maneira eu compreendo que precisamos trabalhar com essas leis, enquanto não temos uma nova lei e enquanto não temos uma organização que a substitua por uma razão de necessidade e de utilidade-pública Isto é o que me parecer.

O DR. AMAURI: Ministro, que a 4595 pelo menos para mim, que ela não foi contemplada pela Constituição, eu entendi assim.

O Projeto B, da Constituição, dizia lá acerca das funções do Banco Central e o Banco Central tinha determinação de personalidade jurídica, Banco Central do Brasil determinado, quando do primeiro projeto da Constituição. Atualmente nessa Constituição....

O MINISTRO ROMILDO: Eu não ouvi bem esse último tópico seu, como é?



O DR. AMAURI: O Projeto B da Constituição falava em um Banco Central do Brasil com uma personalidade jurídica própria. E nessa Constituição aprovada está, simplesmente, Banco Central...

O SR. MINISTRO ROMILDO: Ah sim, entendi.

O DR. AMAURI: Isso é uma questão que está sempre me passando pela cabeça e não consegui chegar a um acordo quanto a isto. A Constituição não recebeu a 4595 no entender do senhor, o Banco Central ainda está para ser regulamentado pelo art. 192, o Banco Central hoje é o que?

O MINISTRO ROMILDO: Bem, mas eu me pus de acordo, não deve ser por ora repudiada, embora nós a consideremos incompatível com a atual Constituição, mas temos um limite, por causa daquilo que eu disse no princípio. Nós temos Constituições que assentam aquilo que é para que continue sendo, salvo necessidades de mudanças, modelo americano. E temos Constituições, modelo francês, modelo brasileiro, que dizem assim, ora - vamos fazer um novo país, deverá ser do seguinte modo – Ora, tem de ser diferente o modo de lidar com Constituições assim, não é verdade. Nós não podemos lidar com uma Constituição que quer uma nova realidade social, do mesmo modo como lidamos. Estamos aqui, deste modo, e assim está bem, fica proibido mexer, fica imexível. Até que surge a necessidade, é diferente, então, se essa Constituição diz, olha. Há um Banco Central, este Banco Central, como dizia agora há pouco o Dr. Runon evidentemente não deve subordinar-se mais a Conselho Monetário Nacional, não entendo como é que um órgão, previsto na Constituição, se subordina a um que não está na Constituição, se subordina a um que não está na Constituição. Como é que ficamos. Ficamos em que precisamos da lei complementar. Enquanto ela não vem, o Brasil continua. Então, por isso mencionei o caso do Japão. Como é que o Japão ia pagar aquele salário mínimo, já imaginou? Tinha sofrido o bombardeiro de Nagasaki e Hiroshima e três meses depois pagar salário mínimo de não sei de

quantos dólares, pois não havia Japão, e a assistência judiciária, como? Então, bem, depois de 15 anos o Japão tinha tudo isso. Agora, isto é diferente, compreender a incompatibilidade e conviver com ela por uma razão de necessidade pública e social é uma coisa. Agora, sustentar como alguns constituintes brasileiros estão dizendo, que não há necessidade dessa lei complementar porque esta aqui virou complementar, isso é um entendimento que eu pelo menos, dizer que é isto que a Constituição quer, também não me parece. Se a Constituição está dizendo que quer um Banco Central com poderes talvez mais enxutos, mais efetivos. Então eu penso que é uma questão, a Constituição lida com realidades políticas, então é preciso lidar com ela não só como Jurista, mas, também, como arquitetos da política, mas política num sentido próprio. Respondi a sua questão?

O DR. AMAURI: Quer dizer que enquanto não definida permanece essa relação incestuosa que estamos vendo por aí.

O MINISTRO ROMILDO: Eu não diria que é incestuosa, eu diria não, nós temos que ser mais realistas, não é, as coisas acontecem "natura", *nom facet saltos*", não é, está bem. Dir-se-á aqui não é a natureza, aqui é a sociedade. É mas a sociedade Parece muito com a natureza. A sociedade também evolui, por passos, há momentos em que a velocidade é mais acentuada, a Constituição passa na frente e a sociedade vem atrás. Não creio que isto seja assim uma coisa tão grave, outros países têm enfrentado esse mesmo problema, não é, a crise do Judiciário, por exemplo no Itália é muito mais grave que no Brasil. Então, é só uma questão de o Congresso já podia ter feito essa lei, não é verdade. O Banco Central também pode instar junto ao Congresso para obter essa lei. Banco Central é uma entidade muito ouvida nas esferas do Poder.

O DR. MARCOS: Nós temos a certeza de que muitos mais dos senhores gostariam de formular outras questões, mas por uma questão, vale a redundância, de horário, de necessidade de se colocar fim a essa

palestra, imaginem os senhores que o Ministro pretendia concluir em cerca de uma hora e está aqui conosco a quase três.

Então, infelizmente nós não, teremos mais condições de oportunizar qualquer participação. Nesse momento nós queremos, reiterar nossos agradecimentos a gentileza do Ministro, que se deslocou até aqui e nos proporcionou essa brilhante palestra, aliás como lhe é peculiar. E em nome do Banco Central do Brasil, da Diretoria e do Curso, apresentamos nosso mais profundo agradecimento Ministro. (palmas).